

PODER

Municípios criticam o projeto de isenção do IR

Reclamação será feita ao presidente Lula na abertura da Marcha dos Prefeitos, hoje, em Brasília. Gestores estimam perdas de até R\$ 9,6 bilhões anuais

» WAL LIMA

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) disparou críticas aos impactos fiscais para as prefeituras com a isenção do Imposto de Renda de pessoas que recebem até R\$ 5 mil mensais, proposta do governo que tramita no Congresso. A reclamação será feita diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participa, hoje, da abertura da XXVI **Marcha a Brasília** em Defesa dos Municípios. O evento, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), reúne 12 mil prefeitos.

Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a medida pode provocar perdas de até R\$ 9,6 bilhões anuais aos cofres municipais. Ele disse que mantém conversas com o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), presidente da comissão especial que analisará a matéria, e com o relator, Arthur Lira (PP-AL).

“Estamos acompanhando de perto, entregamos estudos ao relator e ao presidente da comissão. Em tese, essa isenção vai retirar recursos dos municípios. O impacto é direto e preocupante”, alertou Ziulkoski, em coletiva de imprensa ontem, na exposição de stands.

Compensação

Ele friso que, embora a intenção da proposta seja aliviar o bolso da população, os municípios podem ser penalizados financeiramente, caso não haja um mecanismo claro de compensação.

Ziulkoski também anunciou a intenção de encaminhar uma proposta para destinar 3% do orçamento das emendas parlamentares aos municípios que não receberam indicações no ano anterior. Segundo ele, 1.800

Robson Cesco/ Agência CNM



Ziulkoski diz que municípios serão penalizados caso não haja um mecanismo claro de compensação



Estamos acompanhando de perto, entregamos estudos ao relator e ao presidente da comissão. Em tese, essa isenção vai retirar recursos dos municípios. O impacto é direto e preocupante”

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM

Demandas

O evento é organizado pela CNM e realizado anualmente em Brasília. Tem como objetivo levar as demandas dos municípios para a capital federal. A Marcha vai até quinta-feira e terá painéis com temas diversos, como federalização climática, segurança pública, orientações sobre emendas parlamentares, saúde e educação.

de quitação de precatórios, entre outros pontos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, conhecida como PEC da Sustentabilidade Fiscal, foi outro tema da entrevista, defendida pela CNM. O texto, em tramitação no Congresso, prevê o aumento de 60 para 300 meses do parcelamento das dívidas dos municípios nos Regimes Próprios da Previdência Social e um novo modelo

“Se vocês tivessem uma ideia e pudessem viver um dia na prefeitura para ver o que está acontecendo na área da saúde, da assistência social etc. É terrível a situação na ponta, do cidadão brasileiro, não é dos prefeitos”, destacou. “Dizem que aqui é o sindicato dos prefeitos; pelo contrário, aqui é o sindicato da população brasileira.”

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta: compensação da isenção tem de evitar danos à atividade econômica

Segundo Motta, é preciso buscar mudanças legislativas que permitam que os juros do país caiam de forma sustentável, ajudando a estimular a concessão

de crédito. “Temos de avançar nessa agenda, e o Parlamento tem de ajudar o Executivo em medidas e ações no sentido de fazer com que isso ande.”

Defesa de reforma ampla

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, ontem, que o projeto de isenção do Imposto de Renda para famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil é uma oportunidade para discutir uma reforma mais ampla da tributação à renda no país. De acordo com ele, a compensação à isenção precisa ser cuidadosa, para evitar danos à atividade econômica.

“Eu penso que, além meramente da compensação dessa isenção que deverá ser dada a esses 10 milhões de pessoas no nosso país que ganham até R\$ 5 mil, nós possamos discutir algo mais estruturante”, ressaltou, em vídeo gravado para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), após reunião com representantes do setor, ontem, em São Paulo.

Motta afirmou que essa é uma visão dele e que o debate caberá

à comissão responsável por analisar o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso. O grupo é liderado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (Progressistas-AL).

As medidas compensatórias à isenção foram debatidas na reunião com os bancos, propondo a Motta que se busque alternativas ao aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma via que foi colocada à mesa em propostas de emenda ao texto original.

“Precisamos ter muito cuidado em como compensar essa medida para que essa compensação não venha a ser danosa para o ambiente econômico”, afirmou o presidente da Câmara. Ainda de acordo com ele, além do projeto do IR, a discussão sobre medidas de isenção tributária hoje vigentes está entre as prioridades da Casa neste ano.

tudo”, disse. “Vamos ter várias reuniões esta semana para fechar, e quinta-feira a gente divulga o quadro fiscal e o que for necessário”, emendou.

Na semana passada, Haddad ressaltou que o governo está discutindo medidas pontuais para o cumprimento da meta de resultado primário de 2025. Ele negou a discussão sobre abertura de espaço fiscal para novos projetos. “Não há demanda de espaço fiscal para projetos novos”, pontuou, em conversa com jornalistas.

Também ontem, o secretário de Política Econômica do ministério, Guilherme Mello, enfatizou que as notícias divulgadas

pela imprensa de que o governo lançará um pacote de medidas para alavancar a popularidade às vésperas da eleição presidencial criam temor, mas não trazem informações novas. Ele assegurou que o objetivo do governo é garantir o cumprimento das metas fiscais.

De acordo com o secretário, esse debate sobre “pacote de medidas” é uma forma de contar história, mas não reflete o que tem sido feito pelo governo. Sobre a destinação de recursos para novas políticas públicas, Mello reforçou que esse é o papel do Executivo. “Se o governo não tiver perspectiva de fazer nenhuma política

pública, para que serve o governo?”, questionou.

Fontes do governo entendem que é preciso o lançamento de novos programas para melhorar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de olho na eleição de 2026. Na opinião dessas fontes, as ações já previstas, como o Minha Casa, Minha Vida e o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), não estão tendo os resultados esperados e é preciso um “fato novo” para Lula ter um respiro de popularidade.

O Palácio do Planalto analisa uma série de medidas com o intuito de alavancar a popularidade de Lula nos próximos meses.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Pacífico

Restrição ao ensino a distância mira profissionais de direito e da saúde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, decreto que proíbe a realização de cursos de direito, medicina, enfermagem, odontologia e psicologia a distância (EaD). Somente poderão se realizar no formato presencial, devido à necessidade de atividades práticas, laboratórios presenciais e estágios. Os demais cursos da área de saúde e as licenciaturas também terão de ser realizadas nos formatos presencial ou semipresencial com regras rígidas para as atividades a distância.

O ensino a distância no Brasil estava virando uma bagunça, com a proliferação de faculdades de baixa qualidade, que lançam milhares de profissionais despreparados no mercado de trabalho, inclusive em áreas que colocam em risco a segurança jurídica dos seus clientes e a saúde da população, sobretudo onde os profissionais não são concursados. Entre 2011 e 2021, o número de alunos em cursos superiores de graduação na modalidade EaD aumentou 474%, enquanto as matrículas em cursos presenciais diminuíram 23,4% no mesmo período. Em 2023, o número de matrículas na EaD alcançou 4,91 milhões de alunos, representando 49,2% do total de matrículas no ensino superior brasileiro.

A maioria das matrículas em EaD está concentrada em instituições privadas, que respondem por 95,9% das ofertas nessa modalidade. Entre os cursos mais procurados na EaD, destacam-se pedagogia, administração, sistemas de informação e enfermagem. Mesmo assim, a taxa de evasão dos cursos é de aproximadamente 58,44%, muito superior à evasão do ensino presencial, que foi de 21,48% em 2023. Além disso, questões relacionadas à qualidade dos cursos e à regulação da modalidade têm sido objeto de atenção por parte das autoridades educacionais.

Com a Nova Política de Educação a Distância (EaD), o governo quer garantir mais qualidade na ampliação e acesso à educação superior. Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, estão previstos dois anos de transição para adaptação gradual dos cursos. Os estudantes já matriculados em cursos EaD poderão concluí-los no formato previsto a partir do ato da matrícula. As principais mudanças são: nenhum curso poderá ser 100% a distância; o formato EaD passa a exigir que, no mínimo, 20% da carga horária seja cumprida presencialmente na sede da instituição ou em algum campus externo, com todos os participantes (professores e alunos) fisicamente presentes; ou por atividades como aulas on-line ao vivo, cujas provas devem ser presenciais. Na modalidade semipresencial, estão os cursos que tiverem obrigatoriamente, além da parte on-line, atividades presenciais físicas, como estágio, extensão ou práticas laboratoriais.

Inteligência artificial

A nova política do ensino a distância foca profissões que estão sendo muito impactadas pelo aumento de número de profissionais e uso intensivo de tecnologia, porém não atende plenamente a realidade das mudanças tecnológicas. A atual economia está sendo rapidamente ultrapassada. Essas medidas para resolver o problema de qualidade da oferta de serviços precisam também levar em conta as mudanças promovidas pela generalização do uso de inteligência artificial (IA) em praticamente todas as profissões tradicionais. Equipamentos caríssimos são sucateados e profissionais formados em décadas de estudo e trabalho não se adaptam às novas tecnologias.

Mesmo entre os profissionais da área digital, as mudanças são avassaladoras. “Quem achar que entende tudo de IA se engana. No máximo pode ser especialista na IA da semana passada, não desta semana. Pode parecer exagero, mas é assim que está acontecendo. Toda semana, todo dia, é um novo lançamento vindo de alguma empresa para texto, imagem ou vídeo com resultados que surpreendem os próprios especialistas que procuram entender do assunto”, destaca o consultor de inovação Evandro Milet, ex-presidente do Sebrae e ex-diretor da Finep.

Segundo ele, o trabalhador digital inteligente, um agente de IA, existe e provoca uma nova revolução no mundo do trabalho. Nos EUA, a Microsoft demitiu 6000 funcionários, ou seja, 3% da sua força de trabalho, com objetivo de reduzir camadas de gestão e aumentar a eficiência. A IBM substituiu centenas de funcionários de RH por agentes de IA que agora automatizam 94% das tarefas rotineiras desse setor. Além disso, reduziu em 70% a carga de trabalho da equipe de TI.

Novas ferramentas permitem a criação de agentes autônomos em poucos minutos. Segundo o Relatório do Futuro do Trabalho de 2025, do Fórum Econômico Mundial, 41% dos empregadores planejam reduzir suas equipes devido à adoção da IA, percentual que sobe para 48% nos Estados Unidos. “Serviços que tomavam 40 horas de um cliente, hoje tomam 10 minutos por causa da IA. Se a empresa crescer, não precisa contratar pessoal, basta replicar o agente. E ele trabalha 24/7, 365 dias por ano”, destaca Milet. A alternativa será reduzir drasticamente a jornada de trabalho ou criar uma política de renda universal.

Agentes de IA podem operar dentro de grandes empresas acessando os sistemas departamentais, respondendo consultas feitas em linguagem natural ou, melhor ainda, executando tarefas. Substituir departamentos inteiros. “Já circula a ideia de que a propalada extrema carência de programadores no mundo não acontecerá mais. A IA tem uma eficiência enorme na geração de código”, conclui.